



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 753, DE 2020

Informações ao Ministro de Estado da Saúde.

AUTORIA: Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Eduardo Pazuello, informações sobre.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Eduardo Pazuello, informações sobre.

Nesses termos, requisita-se:

- 1) Quantos respiradores foram adquiridos no mercado nacional até o presente momento?
- 2) E quantos respiradores foram adquiridos no mercado internacional até o presente momento?
- 3) Quais os preços unitários pagos para cada um dos respiradores adquiridos, seja no mercado nacional, seja no internacional? e
- 4) Quantos respiradores adquiridos foram efetivamente entregues e quantos ainda faltam ser entregues?.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo reiteradas notícias veiculadas pela imprensa nacional, sabe-se que no último dia 29 de abril de 2020, o Ministério da Saúde anunciou o



SF/20847.09803-13 (LexEdit)

rompimento de contrato no valor de R\$ 1 bilhão de reais com empresa de Macau, na China para obetenção e entrega de 15 mil respiradores para combate a covid-19.

Conforme matéria publicada pelo site de notícias UOL (29/04/2020), o dinheiro não chegou a ser liberado pela pasta.

Com o calote, o governo federal passou a apostar na produção nacional de respiradores, dada a sua essencialidade no atendimento casos graves de pacientes de novo coronavírus.

Nesse contexto, a perspectiva inicial é a entrega de cerca de 14.100 respiradores produzidos em Brasília -DF até julho desse ano.

Some-se ao objetivo das informações, o número de ações judiciais deflagradas em razão da quebra contratual para aquisição de respiradores, sejam eles mecânicos ou automáticos, a exemplo do modelo NCM 90192040.

É o caso, por exemplo, do que ocorreu no Estado de São Paulo, onde houve o cancelamento do contrato com a Hichens Harrison & Co para a compra de 3 mil respiradores.

A empresa é uma intermediária britânica com um fabricante chinês. De acordo o secretário de saúde José Henrique Germann, somente 30% dos equipamentos previstos chegaram ao Brasil, o que levou o MP (Ministério Público) e o TCE (Tribunal de Contas do Estado) a abrirem investigações sobre a forma controversa de como se deu o trato.

Não bastasse isso, as notícias diariamente veiculadas pela imprensa dão conta da existência de uma rede mafiosa empregada no Brasil para aquisição de respiradores/ventiladores pulmonares, onde fraudadores tem se aproveitado da flexibilização das regras licitatórias para aquisição de itens essenciais de forma emergencial visando desvio de verba pública.

Prova disso, é o que está ocorrendo com o inquérito aberto contra o Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Witzel, cuja polêmica, dentre outros escândalos, já propiciaram a abertura de *impeachment* do chefe do executivo local perante a Assembléia Legislativa do RJ.

Dentre outras acusações, o governador do RJ foi indiciado na operação nominada “Mercadores do Caos”, pela qual se investiga os prejuízos causados aos cofres públicos com a aquisição dos equipamentos, atualmente conduzida tanto pela Polícia Civil quanto pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (vide <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/16/witzel-e-incluido-em-investigacao-sobre-fraude-na-compra-de-respiradores.ghhtml>, acessado em 17/06/2020).

Assim como no RJ, infelizmente essa prática criminosa e inaceitável de se locupletar com dinheiro dedicado ao combate do coronavírus, em detrimento da saúde de nossa sociedade, já se espalhou por todos os demais entes federativos.

Sendo assim, estando convicto da necessidade de se obter explicações oficiais sobre o assunto é que proponho seja aceito o presente Requerimento de Informações para que seja esclarecido, formalmente e por quem de direito, o real panorama das compras envolvendo respiradores/ventiladores pulmonares a bem do dever de informar, madamento este previsto tanto na constituição federal quanto no Regimento da Casa e nas leis que regem o dever de transparência pública.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2020.

Senador Weverton
(PDT - MA)
Líder do PDT no Senado Federal